



PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS E POLÍTICO-TEOLÓGICOS DA CHANCELARIA DO IMPERADOR CARLOS V

SIDNEI FRANCISCO DO NASCIMENTO¹

RESUMO: Paradoxalmente, os escritos pacifistas de Erasmo de Rotterdam influenciaram a chancelaria de Carlos V durante a Conferência de Valladolid na Espanha, em 1527, para ratificar a decisão do Imperador em fazer a guerra contra Roma, e consequentemente contra o pontificado de Clemente VII. Confronto que ficou conhecido como o Saque de Roma, como um dos maiores massacres patrocinados pelos soldados mercenários, contratados pelo Imperador.

PALAVRAS-CHAVE: Erasmo de Rotterdam, Alfonso Valdés, Saque de Roma, Conferência de Valladolid.

ABSTRACT: Paradoxically, the Erasmus of Rotterdam's pacifist writings have influenced the Charles V chancellery during the Valladolid Conference in Spain, in 1527, to confirm the Emperor's decision to wage waging war against Roe, and consequently against the Clement VII pontificate. A confrontation that has become known as the Sack of Rome, as one of the greatest massacres caused by the mercenary soldiers, engaged by the Emperor.

KEYWORDS: Erasmus of Rotterdam, Alfonso Valdés, Sack of Rome, Valladolid Conference.

O caminho dos ímpios é tenebroso, e não sabem onde tropeçam. (Pr. 4, 19)

Ministros e secretários haviam agregado à política imperial de Carlos V o sonho de uma reforma religiosa inspirada nas mensagens pacifistas de Erasmo de Rotterdam. No entanto, a hegemonia universal preterida pelo Imperador do Sacro Império Romano-Germânico era menos importante do que a paz entre os príncipes cristãos propagada pelos escritos erasmianos. Guerras intestinas se somavam, e as pretensões de paz se tornavam cada vez mais difíceis. Ligas entre países, tratados de paz, guerras, assembleias de inquisição, o desespero dos governantes da Europa frente a iminência da guerra contra os turcos, o cisma protestante, as discussões a respeito da consubstancialidade das pessoas da Trindade e a consequente acusação de arianismo impetrada pela ortodoxia católica com o intuito de proibir a proliferação das obras de Erasmo, principalmente na Espanha, constituíam um cenário de intolerância e cheio de contradições.

¹ Professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: sidneifn@ufma.br.

Como justificar a guerra em nome de Deus e defendê-la em nome da paz? Qual seria a contribuição dos frades e todos os membros da Igreja em discutir a respeito da humanidade de Cristo, no mesmo instante em que pessoas inocentes, tais como trabalhadores, mulheres e crianças, estavam sendo sacrificados em nome da sacrossanta Igreja Oficial de Roma? Como conciliar os interesses da Reforma com o ataque impetrado pela corte ao papado de Clemente VII?

Enquanto a guerra ao pontificado, conhecida como o Saque de Roma (1527), estava em curso, ao mesmo tempo a conferência teológica de Valladolid, sob a presidência do inquisidor geral Manrique, conselheiro privado do Imperador, e da presença de um número significativo de frades a favor e contra as opiniões de Erasmo, discutia a respeito da “autoridade da Escritura, do culto da virgem, da autoridade dos papas e dos concílios, das cerimônias, do celibato, da escolástica, das indulgências, do livre-arbítrio, das penas no inferno” e de tantas outras questões que representavam, aos olhos dos prelados, suspeitas divagações. (BATAILLON, M. 1996, p. 248) O que se pretendia era conter o sucesso e os avanços dos escritos erasmianos, principalmente na Espanha. Embora Erasmo não estivesse sujeito à inquisição espanhola, a decisão final da assembleia era importante porque, além de contar com a aprovação do alto escalão da Igreja, teria conseqüentemente a adesão do Imperador, que ratificaria o escrutínio em nome de sua chancelaria.

O fato é de capital importância para a difusão do erasmismo em Espanha. A conferência de Valladolid não havia terminado. Porém, graças a Valdés, o testemunho imperial estava ali para supri-la. Mais de uma vez os leitores de Erasmo, denunciados à Inquisição, defenderão o seu autor preferido dizendo que seus escritos foram examinados por uma comissão de teólogos que, reunida expressamente em Valladolid, nada herético encontraram. E alguns não deixarão de invocar as cartas trocadas entre Erasmo e o Imperador. (BATAILLON, M. 1996, p. 278.)

Nomes como Cardeal Cisneros², Zuñiga³ e Alfonso Valdés⁴ dividiam opiniões. O primeiro de posição mais moderada, apesar de ser considerado partícipe de uma das linhas mais radicais da Igreja, mesmo assim, possuía grande estima e respeito pelo trabalho do humanista – embora Erasmo duvidasse; o segundo representava aqueles que validavam os escritos de Erasmo como heréticos; e o último, pertencente a uma ala mais liberal da Igreja, não via o que pudesse incriminar as proposições de Erasmo como suspeitas de heresia.

² Francisco Jiménez de Cisneros, cardeal, arcebispo de Toledo pertencente à Ordem Franciscana, terceiro Inquisidor Geral de Castela e seu regente até a morte de Fernando, o Católico.

³ Íñigo López de Mendoza y Zúñiga, clérigo, castelhano e diplomata ao serviço do Imperador Carlos V na Alemanha.

⁴ Alfonso de Valdés, escritor e secretário de cartas latinas do Imperador Carlos V, nascido em Cuenca ao final do século XV.

Seus chanceleres estavam divididos frente à política de “conciliação” de Carlos V, porque, além de manter a unidade do cristianismo frente à reforma de Lutero, e configurar um obstáculo à política de expansão turca sobre o Danúbio e o Mediterrâneo, representaria uma guerra errática, o flagelo da justiça e o tórumulo do Estado. Disseminava-se um terror generalizado frente às crueldades e pilhagens que as tropas otomanas desencadeavam por onde passavam. Como se as tropas mercenárias do Imperador, do Papa e dos governantes considerados cristãos não produzissem os mesmos efeitos. O imaginário popular era constituído pelo terror e pelo desespero como repercussão das guerras intermitentes que aterrorizavam a Europa. A política imperial conduzida pelo Imperador Carlos V, os interesses do Papa Clemente VII e a conferência de Valladolid se entrecruzavam em direção a uma escalada de horrores resultados de guerras fratricidas que paradoxalmente tinham como substrato ideológico as propostas pacifistas de Erasmo de Rotterdam.

A política imperial

Nesse cenário de incertezas e perseguições Erasmo precisava de alguém que pudesse lhe oferecer proteção para poder escrever e trabalhar com segurança. O conflito entre o Imperador Carlos V e o Rei Francisco I suscitaria ainda mais problemas e revigoraria o conluio organizado pelos seus opositores com o intuito de conduzi-lo para inquisição. O objetivo do humanista era de manter boas relações tanto com o Imperador, quanto com o Rei da França. Embora não aprovasse a política contra Roma e a forma beligerante e cruel com que entrou na “Cidade Eterna”, apesar de seus chanceleres justificarem as decisões do Imperador, não obstante, o morticínio e as desgraças que se sucederam ao Saque de Roma, segundo sua chancelaria, aconteceram alheios a sua vontade, como uma clara vontade celestial, isto é, como anúncio de uma renovação cristã. As intenções de seus ministros eram muito claras: demonstrar a inocência do Imperador nos acontecimentos de Roma, pois, segundo sua chancelaria, suas tropas tinham passado do limite.

Em 3 de fevereiro de 1530, Johann Koler, magistrado da cidade de Chur, escreve a Erasmo, refugiado desde então em Fribourg-en-Brigau, sob a proteção do Imperador, uma missiva intitulada *Charles Quint Travaille pour la paix*, com o intuito de lhe manter informado a respeito das novidades que se sucediam na corte de Carlos V. Seu amigo exaltava o caráter desse governante católico, que faria qualquer coisa para pacificar o mundo cristão e reconduzi-lo à tranquilidade e à calma. Embora a carta não tivesse sido escrita por Erasmo, não deixa de

ser um documento importante como testemunho do ambiente favorável para obtenção de apoio à política imperial.

Quanto ao resto, muito ilustre mestre, me diga o quanto tu te regozijas que o Imperador Carlos tenha consagrado toda sua energia ao serviço da paz, tu ages conforme ao teu longo hábito e à tua imensa piedade. Há alguma coisa de melhor, de mais útil, de mais desejável, de mais aproveitável ao gênero humano que a paz? O imperador demonstra nesta matéria uma energia – para não dizer mais – digno de sua função: deixando de lado toda outra consideração, esquecendo as injustiças e maldades de todos. Ele tem tido principalmente o coração de apaziguar as guerras longas e intestinas, de colocar um fim às diferenças, e realizar acordos recíprocos entre os príncipes cristãos, sem outro objetivo senão de pacificar o mundo cristão e de reconduzir a tranquilidade e a paz dentro de seu Império. (ÉRASME, 1973, p. 326)

Era como se os massacres, as pilhagens das riquezas, as mortes e toda série de aberrações cometidas no Saque de Roma pelos lansquenetes do Imperador, isto é, pelos soldados mercenários contratados, de condutas criminosas, que compunham a suas tropas, dissessem respeito apenas a Roma. Seus ministros e secretários viam os atentados com maior sangue frio e que toda crueldade seria menos repugnante que a corrupção da Igreja. “Não se interessava em averiguar as origens de tantas desgraças, nem denunciar quem são os responsáveis. Bastava medir a distância entre a lei de Deus e as constituições humanas.”. (BATAILLON, M. 1996, p. 376;)



Os Cinco Lansquenetes. Gravura de Danel Hopper – 1530.

O evangelismo político de Erasmo se constituía num apelo intransigente pela paz. Nesse sentido não se pretendia exaltar e nem tomar partido a respeito de qualquer causa que

privilegiasse algum príncipe em particular. O humanista pedia a paz entre as nações, e os príncipes cristãos deveriam se preocupar e fazer de tudo para mantê-la. Em primeiro de dezembro de 1523, o humanista escreve a Francisco I:

Se até agora, eu não utilizei em meu favor os sentimentos que Vossa Majestade me testemunhou espontaneamente, isso não dependeu nem de vós, Francisco, Rei Muito-Cristão, nem de mim; mas entre as numerosas causas que aqui me fazem obstáculo, a principal é a situação confusa de nossa época, que me priva da felicidade. Pois, eu espero sempre que no meio de tormentas indefinidamente prolongadas de guerra, apareça aos nossos olhos em algum lugar uma luz de paz sem nuvens. (ÉRASME, 1973, p. 267)

Em 16 de junho de 1526, o humanista escreve mais uma vez ao Rei Francisco I, demonstrando como sempre muita deferência, o nominando como “Muito Cristão”, além de demonstrar sua satisfação em saber que o Rei havia se livrado da prisão como consequência da batalha de Pavia. Aos olhos de Erasmo acontecimentos como esses prenunciavam bons auspícios de um retorno efetivo de paz entre os grandes príncipes da cristandade.

Tanto pesadamente como longamente pesaram sobre nós as calamidades anteriores, Francisco, Rei Muito-Cristão, mesmo assim nós nos regozijamos hoje do retorno à paz. Minha dor é dupla: sobre o plano político, eu me entristeço da rivalidade dos dois maiores príncipes da cristandade, e dos sofrimentos que resultam para o mundo inteiro... Eu tenho muitas razões hoje para me regozijar intensamente de que a França, com a ajuda divina, reencontrou seu rei, ainda que o mundo reencontrasse a paz, o coração dos eruditos e as pessoas de bem seu patrão... Se a concórdia reina entre os príncipes cristãos os Turcos terão menos audácia e serão reconduzidos aos seus lugares... que hoje, não são fortes senão graças às vossas divisões...” (ÉRASME, 1973, p. 293)

O conflito entre o Imperador Carlos V e o Rei Francisco I era um dos pontos mais preocupantes da diplomacia europeia porque envolvia naturalmente a vida de milhares de centenas de pessoas, bem como a decisão se deveria ou não fazer a guerra contra os Turcos. Segundo Erasmo, as discórdias entre os governantes da Europa Ocidental facilitariam o avanço das tropas turcas.

Seu filho (do sultão Selim II conhecido como “O Feroz”) Soliman lhe sucede: ele deve dar a seu Império um brilho inigualável e merecer da parte dos Turcos o epíteto de “Legislador” e da parte dos ocidentais aquele de “Magnífico”. Culto, sensível e majestoso, ele parece que via dentro da guerra uma necessidade política de preferência do que a consequência necessária de ambição pessoal. É assim que no início de seu reino, ele se aproveita da guerra que se engaja entre Francisco I e Chales V para retomar a política de expansão sobre o Danúbio e o Mediterrâneo. (ÉRASME, 1973, p. 331)

As desavenças entre os governantes cristãos já se prolongavam desde muito tempo. Separamos apenas alguns episódios desses conflitos que sobressaíram na primeira metade do século XVI. Aludimos primeiramente à batalha de Pavia, ocorrida em 24 de fevereiro de 1525, no momento em que o exército francês comandado pelo Rei Francisco I foi derrotado pelo exército de Habsburgo, que depois fora conduzido preso ao seu contendor Carlos V; a seguir o

Tratado de Madri, acordado em 14 de janeiro de 1526 entre o Imperador Carlos V e o Rei da França, em que este se comprometeria em abdicar de parte de seu território à autoridade do Imperador. “Tratado que mais tarde será contestado pelo próprio Imperador Carlos dizendo que o Rei Francisco havia desrespeitado o acordo de cavalheiros entre ambos.” (BATAILLON, M. 1996, p. 388); também devemos considerar a guerra da liga de Cambrai, onde não temos um duelo direto entre Francisco I e Carlos V, mas o protagonismo e o domínio do Papa Júlio II, “jogando mais lenha na fogueira” quando se posicionou contra a república de Veneza, devido ao seu avanço político para o norte da Itália, e que depois, em razão das desavenças com o Rei da França, Luís XII, se alinhou a Veneza contra os franceses, agora sob o comando de Francisco I, expulsando-os da Itália em 1512.

O acordo que fora determinante para compreender as causas do Saque de Roma aconteceu entre os domínios dos Habsburgos de Carlos V e o Sacro Império Romano-Germânico de um lado, e a liga de Cognac, que continha a aliança entre a França, o Papa Clemente VII, a República de Veneza, a Inglaterra, o Ducado de Milão e Florença de outro. Como vimos, o Tratado de Madri deixou sequelas, porque fora contestado pelo Imperador contra a iniciativa do Rei Francisco I em ter desrespeitado o acordo. Assim, pouco tempo depois, aproveitando-se da aliança promovida pela liga de Cognac e, ao mesmo tempo, das intenções do Papa Clemente VII em se alinhar com a República de Veneza contra os domínios dos Habsburgos, Francisco I se alia ao pontificado com a finalidade de se livrar da hegemonia imperial; enquanto isso, os turcos já se encontravam nas portas do Império, por ocasião da batalha de Mohács entre os exércitos do reino da Hungria e os exércitos otomanos. O massacre e as pilhagens que se sucederam ao Saque de Roma pelas tropas do Imperador, não satisfeitas de obterem como pagamento dos serviços prestados os espólios da guerra, tomaram conta da “Cidade Eterna”, que foi acometida de várias atrocidades que até mesmo na opinião do Imperador foram consideradas demasiadas.

O Imperador seguia perplexo, como possuído de estupor. E a cada dia que se passava se tornava mais inconcebível uma solução radical como seria a supressão do poder temporal do Papa e a convocatória imediata de um Concílio. As atrocidades cometidas em Roma scandalizavam a Europa. A opinião favorável ao prestígio da Santa Sede encontrava por fim terreno propício para sua propaganda. O descrédito do papado, sem cessar crescente desde os princípios do século, e cuja gravidade seria possível medir no jubileu de 1525, havia chegado ao seu ponto extremo: o desprezo se convertia repentinamente em lástima, com isso ia se tornando possível um renascimento do respeito. (BATAILLON, M. 1996, p. 365)

Como seria possível a Corte da Espanha, sem mais nem menos, decidir manter relações amistosas com o Papa Clemente VII? O que estava em jogo com o interesse do Imperador em

ansiar o Concílio que pudesse pôr fim à cisão? O que seria tão determinante para que o Imperador, num gesto simbólico, se ajoelhasse e beijasse os pés do Papa demonstrando sua reverência ao poder espiritual? Segundo Marcel Bataillon, Clemente VII e Carlos V necessitavam um do outro. Dois problemas afligiam o Imperador, que por esse motivo, viajou para Alemanha protestante com o propósito de resolvê-los: o primeiro dizia respeito à invasão turca que estava em curso e cada vez mais próxima, e o segundo envolvia questões teológicas referentes aos “negócios de fé”, disseminadas pelos protestantes contra a hegemonia da Igreja.

Os espanhóis do séquito do Imperador estavam divididos entre a corrupção da Igreja e a heresia de Lutero e dos luteranos, isto é, entre uma proposta de um concílio geral que contemplasse algumas novidades no campo teológico incentivadas por Lutero e outra que considerava improvável um possível acordo, como por exemplo, no que dizia respeito ao matrimônio dos sacerdotes e à revogação da missa privada. A Dieta de Augsburgo, apesar de um ambiente favorável de conciliação (os escritos pacifistas de Erasmo e daqueles que participavam da chancelaria do Imperador como Alfonso Valdés, foram determinantes nesse contexto) entre o Imperador e os interesses da Reforma, pois não estava nos planos do Imperador empreender uma ação bélica contra a Alemanha protestante, mesmo assim, era demasiado tarde para reaver a unidade da Igreja. A Dieta de Augsburgo não passou de vagas reflexões melancólicas no que dizia respeito à presunção no âmbito das reformas religiosas.

A conferência de Valladolid

Erasmo escreveu uma grande quantidade de textos que denunciavam a guerra como o último expediente a que o governante deveria recorrer para manter paz e o bem-estar individual e social. Para o humanista, as guerras são incompatíveis com a razão e a moralidade. Não seria oportuno, nesse momento, citar todos os títulos que tratam a respeito do tema, mesmo assim, mencionaremos apenas alguns que foram endereçados aos Imperadores, Reis, Papas e a todos aqueles que exerciam algum comando em qualquer grau de hierarquia, de liderança ou de destaque na primeira metade do século XVI. Serão principalmente seus escritos pacifistas que irão influenciar e dividir opiniões na conferência de Valladolid.

Em seu livro *O Elogio da Loucura*, o humanista escreve como se a *moira/loucura* tivesse inventado a guerra: “Começamos pela guerra, a origem e o teatro de todas as proezas. Onde encontrar pior loucura senão em se engajar, sem saber muito bem qual o motivo, numa luta onde as duas partes retiram sempre no final das contas mais mal do que bem? (ÉRASME, 1973, p.47). Em outro diálogo, “*Júlio, expulso do céu*”, o humanista narra de forma satírica a

recepção que teve o Papa Júlio II depois da morte, às portas do paraíso, diante de São Pedro, que lhe negou a entrada. Deparamo-nos com uma crítica obstinada à política desastrosa da Igreja. A propósito, o humanista holandês escreveu esse diálogo em virtude do acontecimento deplorável que presenciou quando estava em Bolonha e assistiu ao Papa guerreiro caminhar em direção ao norte da Itália com suas tropas. São Pedro, ao criticar a soberba do Papa lhe diz:

Eu sei uma coisa: aquele que sobre a terra é o representante de Cristo deve, o quanto possível, lhe parecer em tudo, e conduzir sua vida de tal sorte que não tivesse nada a lhe reprovar e que ninguém pudesse conscientemente falar mal. Os pontífices agem mal, quando extorquem a boa opinião dos homens por ameaças e não pelas boas ações. (ÉRASME, 1973, p. 67)

Como uma síntese de todas as ideias pacifistas de Erasmo, dispomos de um opúsculo intitulado *A lamentação da paz, menosprezada e caçada de todos os lados e por todas as nações*, escrito em 1517. O seu conteúdo nos reporta à diplomacia do século XVI, advertindo-nos dos malefícios da guerra, em particular do Tratado de Cambrai concluído em 11 de março de 1517, entre o Imperador Maximiliano, Francisco I e Carlos da Espanha. Mas, lamentavelmente, a paz universal disseminada pelo humanista estava longe de acontecer. Com o propósito de demonstrar seu interesse em obter a paz entre as nações citaremos uma carta endereçada ao grande amigo Alfonso Valdés, em 1528, considerado um dos espíritos mais brilhantes e originais da Europa, secretário do Imperador Carlos V, profundamente influenciado pelo evangelismo político de Erasmo. Nesta missiva, o humanista reclamava de seus detratores como

litigiosos, estes imbecis, que criticam de olhos fechados o que eles não veem e nem compreendem: incurável é a sua doença. E, portanto, eles se consideram como os pilares da Igreja, quando não fazem nada senão exhibir sua estupidez, quanto sua maldade. (ÉRASME, 1992, p. 1147)

Podemos redimensionar a Conferência de Valladolid como um pequeno concílio, conduzido por um Inquisidor Geral, possuindo ao redor os membros do Conselho de Inquisição, o inquisidor de Valladolid, o secretário geral, os procuradores gerais diante dos conselhos de Inquisição e por fim os relatores dos mesmos conselhos. Ao todo, foram 21 sessões constituídas mais ou menos de 60 eclesiásticos, sendo que a metade estava a favor das proposições de Erasmo tanto no âmbito político, no que se refere ao seu apelo indeclinável pela paz, como na esfera religiosa, quando estimulava a unidade entre os cristãos.⁵ Mesmo com quórum dividido entre os que aprovavam e os que desaprovavam, os prognósticos eram bem mais promissores ao seu favor do que aquele ambiente que pressentira advindo da Sorbonne de Paris. Noël Béda,

⁵ Ver também o colóquio de Erasmo publicado durante o ano de 1533: *De l'aimable concorde de l'Église*. Traduzido do latim por M. M. de Bujanda, P. Colledge, Y. Delègue, A. J. Festugière, R. Galibois com introdução e notas de André Godin, pela editora Robert Laffont, 1992.

o dirigente da Sorbonne, o julgava como um herético, e os humanistas franceses o consideravam muito soberbo.⁶

Acentuamos ainda mais a subdivisão entre os membros da assembleia tanto no que se refere às obras de Erasmo e seu apelo insistente à paz e à tolerância entre as nações, que paradoxalmente serão preservadas por Alfonso Valdés para justificar a política Imperial e, com efeito, defender a decisão do Imperador favorável ao Saque de Roma, quanto à contestação que faziam os “franciscanos e dominicanos reconciliados para destruir Erasmo” (BATAILLON, M. 1996, p. 246), junto com Diogo Lopez Zúñiga em relação às proposições do humanista frente aos principais pontos do dogma, por exemplo a divindade de Cristo e a consequente acusação de arianismo.⁷

Alfonso Valdés, com uma sátira muito mais áspera do que seu amigo Erasmo de Rotterdam, escreveu três ensaios literários: o primeiro intitulado *Diálogo de las cosas ocurridas en Roma*, o segundo, o *Diálogo de Lactancio y el Arcedino*, e o terceiro ensaio, o *Diálogo de Mercurio y Carón*. Escritos circunstanciais, motivados pela política do Imperador, em especial, pelos comentários e desdobramentos desfavoráveis às inventivas do Imperador contra o pontificado. O primeiro diálogo ocorre quando Valdés soube das notícias do que estava acontecendo em Roma, escritas por alguém que via tais acontecimentos com espanto e horror, e que desejava, por sua vez, que a Igreja saísse reformada depois de tanto sofrimento. No segundo ensaio, Valdés imagina e agrega um personagem chamado Lactancio, que critica o Imperador e sua política contra Roma para justificar o massacre, sinalizando que o Imperador não teve qualquer responsabilidade com o que ocorreu na “Cidade Eterna”.

A primeira coisa que farei será a de mostrar como o Imperador nenhuma culpa tem do que em Roma aconteceu. E em segundo, como tudo o que aconteceu tenha sido por manifesto juízo de Deus, para castigar aquela cidade, onde com grande ignomínia da religião cristã reinavam todos os vícios que a malícia dos homens podia inventar, e com aquele castigo despertar o povo cristão para que, mediados os males que padece, abrimos os olhos e vejamos como cristãos, pois precisamos muito deste nome. (VALDÉS, A. *apud* BATAILLON, M., 1996, p. 369)

E no que se refere ao terceiro ensaio, o *Diálogo de Mercurio y Carón*, o fiel secretário do Imperador continuará a validar a política imperial e criticará a declaração de guerra contra o Imperador e consequentemente a aliança entre Francisco I e Henrique VIII. Fica patente a íntima relação que Valdés estabelece entre a reforma erasmiana da fé e a missão

⁶ A respeito da relação de Erasmo com os humanistas franceses, ver também G. CHANTRAINE, S. J. *L'Apologia ad Latomum: deux conceptions de la théologie*, in: *SCRINIUM ERASMIANUM*. Leiden: E. J. Brill, 1969.

⁷ Sobre a polêmica entre Zúñiga e Erasmo: ver in ALLEN, *Opus epistolarum. Des. Erasmi Roterodomi*. T. IV, introdução, 1519-1521. Publisher to the University of Oxford London, Edinburgh, New York and Toronto, MCMXXII.

providencialmente outorgada a Carlos V, mas que, por outro lado, continuam irrefutáveis a diferença e a distância entre os escritos pacifistas de Erasmo e as atrocidades cometidas em Roma.

A trama do diálogo se produz quando Caronte,⁸ o barqueiro do inferno, se encontra desesperado porque comprou doze almas, quando se havia firmado a paz na Espanha. Mas Mercúrio,⁹ o mensageiro dos deuses, o reconfortará com a notícia da declaração de guerra solenemente notificada em Burgos. Mercúrio solicita ao barqueiro permissão para interrogar as almas, uma vez que dependerá de sua avaliação para continuarem seu caminho em direção ao mundo das sombras ou ser encaminhadas para “subir a montanha prometida aos bem aventurados.” (Idem, p. 389) Das 12 almas, somente duas se encontravam a caminho do céu, a saber, a alma de um homem cansado, de condição média, que sobe com passos firmes até a morada dos bem-aventurados, e “um frade de São Francisco, cuja morte exemplar, iluminada de alegria, demonstrava verdadeiros desejos de morrer.” (Idem, p. 390) As almas que sobraram e acompanharam o barqueiro até o inferno foram a de um mau pregador, de um mal conselheiro, de um monge sem vocação, de um hipócrita e de um teólogo, de um conselheiro do Rei da França... Esta avaliação de Mercúrio reflete não só as críticas que Valdés fazia à hipocrisia e à falta de decoro dos monges e governantes de sua época, bem como refletia de modo muito semelhante os problemas que Erasmo presenciava e denunciava em seus escritos e que por essas e outras razões fora acusado de heresia.

As almas que Valdés coloca dentro do barco de Caronte possuem características similares àquelas que tomarão partido e engrossarão o coro na assembleia para que as obras do humanista fossem proibidas. No entanto, algumas críticas mereciam respeito, como as proferidas pelo arqui-inimigo, o cardeal Zuñinga, o qual era considerado pelo próprio Erasmo como um grande homem de letras. Foi sobretudo o sucesso editorial que teve a publicação da tradução do Novo Testamento em 1516, e a técnica exegética do humanista que suscitaram a rejeição de Zuñinga e dos representantes da ala mais conservadora da escolástica medieval.

Eu tenho colecionado manuscritos gregos e antigos manuscritos latinos para corrigir o texto inteiro do Novo Testamento, e tenho anotado mais de mil passagens para o proveito dos teólogos. (ÉRASME *apud* Y. Delègue, 1990, p.17)

⁸ Caronte, filho de Érebo e da Noite, era um deus velho, mas imortal. A sua função era transportar para além do Estige e do Aqueronte as sombras dos mortos em uma barca estreita, feia e de cor fúnebre. www.mitologiaonline.com/mitologia-grega/deuses

⁹ Hermes (Mercúrio) era filho de Júpiter e de Maia, filha de Atlas. Conduzia as almas dos mortos com a sua vareta divina ou o seu caduceu; algumas vezes reconduzia-as à terra. Ninguém morria antes que ele tivesse inteiramente rompido os laços que unem a alma ao corpo. www.mitologiaonline.com/mitologia-grega/deuses

A discussão exegética entre Zuñinga e Erasmo residia na interpretação que ambos atribuíam ao substantivo grego *παῖς*, como filho, enquanto a Vulgata traduzia *puer* como servidor, adicionando a imputação a Erasmo de ter desrespeitado a tradução de Jerônimo. Enquanto o humanista considerava que a obediência do filho ao Pai não tem nada de servil, o cardeal, ao contrário, dizia que negar que servidor não pode ser conveniente ao Cristo é colocar em dúvida sua humanidade, “e admitir que Cristo pode ser subordinado ao Pai enquanto Filho, é negar a igualdade das pessoas da Trindade.”. (BATAILLON, 1991, p.102.)

A contenda que pretendia ratificar a acusação de arianismo, tão antiga, quanto fora de contexto, atribuída a Erasmo de Rotterdam, fora frustrada. Apesar de os espanhóis do séquito do Imperador estarem divididos, e o partido mais conciliador vinculado a uma postura mais moderada, distante da proibição “sorbônica” e do conluio da parte mais conservadora da assembleia, não obstante, os escritos de Erasmo não foram considerados heréticos. Embora não consensual, ao final das discussões, a conferência de Valladolid manifestou a importância capital da difusão das obras de Erasmo não só entre os espanhóis, mas em toda Europa, e assim manteve acesas as esperanças de um ecumenismo religioso.

Conclusão

As fronteiras que delimitam a separação entre ética, política e religião num contexto tão híbrido como o da primeira metade do século XVI são muito tênues. Aqueles que pertenciam à diplomacia europeia também faziam parte dos concílios, e a conjuntura política insidia nas decisões que os teólogos deliberavam em relação aos dogmas da fé. Esta complexidade se justifica quando consideramos os grandes protagonistas da época, tais como Imperadores, Reis e Papas, bem como a crise religiosa e a premência da reforma protestante, e a crise política, com a ameaça da invasão turca.

Em circunstâncias tão heterogêneas como explicar o paradoxal? Como compreender que os escritos pacifistas de Erasmo de Rotterdam serviriam para justificar as decisões, como por exemplo a determinação de Carlos V para empreender a guerra contra o pontificado. Como conciliar as sugestões de paz apresentadas nos diálogos de Valdés, ancoradas nas obras do humanista holandês, como pretexto para aliviar a responsabilidade do Imperador diante das atrocidades cometidas pelas suas tropas, misturadas com soldados mercenários, que saquearam Roma? A tolerância religiosa compactuada pela metade dos eclesiásticos presentes como membros da Conferência de Valladolid envolveria as desconfianças em relação a Lutero e aos luteranos como a que sobreveio à Dieta dos Habsburgos?

Qualquer resposta mais assertiva seria temerária frente à complexidade da época. As situações adversas àquelas disseminadas pelos humanistas cristãos pertencentes à chancelaria do Imperador transformaram esse pequeno concílio ocorrido na Espanha num episódio melancólico, pois a história caminhou no sentido contrário às expectativas daqueles que almejavam a paz entre os príncipes e a cristandade em geral. O sonho de uma reforma religiosa inspirada por Erasmo fora atropelado pela história, e as guerras intestinas que seriam a “última *ratio*” reivindicada pelo humanista se transformavam em “razão de estado” para aquiescer ainda mais aos vícios e aos objetivos de governantes intrépidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATAILLON. M. *Erasmus y España*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- _____. *Érasme et l'Espagne*. Genève: Librairie Droz, 1991.
- ÉRASME. *Guerre et Paix dans la pensée d'Érasme*. Introdução, escolha de textos, comentários e notas por Jean-Claude Margolin. Paris: Aubier Montaigne, 1973.
- _____. *Jules, chassé du ciel*
- _____. *La guerre est douce pour ceux qui ne l'ont pas faite*
- _____. *Lettre à François I*
- _____. *Charles Quint travaille pour la paix*
- _____. *Devons-nous porter la guerre aux Turcs?*
- _____. *La complainte de la paix décriée et chassée de tous côtés et par toutes les nations*
- _____. *Les préfaces au Novum Testamentum*. Apresentação, tradução e comentários por Y. Delègue com a colaboração de J. P. Gillet. Genève: Labor e Fides, 1990.
- _____. *De l'aimable concorde de l'Église*. Texto traduzido do latim por J. M. Bujanda, P. Collerige, Y. Delègue, A. J. Festugière, R. Galibois, J. P. Gillet, André Godin. Paris: Robert Laffont, 1992.
- _____. *Correspondance. A Alfonso Valdès*. Textos traduzidos do latim por André Godin, Jean-Claude Margolin, Daniel Ménager et Marcel A. Nauwelaerts, Claude Backvis, Marie Delcourt, Aloïs Gerlo, Raoul Verdière. Paris: Robert Laffont, 1992.
- _____. ALLEN. *Opus epistolarum Des. Erasmi Roterodami*. 1484-1514. Publisher to the University of Oxford, London, Edinburgh, New York, and Toronto, MCMVI.
- G. CHANTRAINE, S. J. *L'Apologia ad Latomum: deux conceptions de la théologie*. In: SCRINIUM ERASMIANUM. Leiden: E. J. Brill, 1969.
- VALDÉS, A. *Diálogo de las cosas acaecidas em Roma*. Alicante: Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 2004.
- _____. *Diálogo de Mercurio y Carón*. Alicante: Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 2004.
- _____. *Diálogo de Lactancio y el Arcediano*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirai, 1994.